



1º CONGRESSO STJ DA SEGUNDA INSTÂNCIA FEDERAL E ESTADUAL

8 e 9 de setembro



Apoio:



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros



AJUFE

ASSOCIAÇÃO DOS
JUIZES FEDERAIS
DO BRASIL



1º CONGRESSO STJ DA SEGUNDA INSTÂNCIA FEDERAL E ESTADUAL

Descrição

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) promoverá, nos dias 8 e 9 de setembro de 2025, o 1º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual.

Durante o evento, Ministros, Desembargadores e especialistas serão instados a (re)pensar o Poder Judiciário Federal e Estadual, bem como o papel dos seus membros, com foco específico na Segunda Instância, por meio da discussão e aprovação de Enunciados sobre cinco grandes eixos temáticos.

Foram submetidas 465 propostas de enunciados, das quais 152 foram admitidas pela Banca Científica para discussão e votação no Congresso, com a seguinte distribuição por eixo temático:

- Direito Público: 29
- Direito Privado: 14
- Direito Penal: 26
- Direito Processual Civil: 40
- Institucional: 43

a) Direito Público

Os enunciados de **Direito Público** tratam de temas centrais para a atuação estatal e a proteção de direitos fundamentais. Abordam prazos de prescrição e decadência, com regras específicas para a Fazenda Pública, para o FGTS e para danos ambientais difusos. Também tratam da proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, como vítimas de violência doméstica, crianças, adolescentes e detentos, além de questões relativas à adoção e à destituição do poder familiar. Nas ações de saúde, fixam limites de gastos com medicamentos e a responsabilidade do ente público em honorários advocatícios. No campo tributário e da execução fiscal, reafirmam o princípio da legalidade, flexibilizam formalidades e garantem a restituição de valores pagos indevidamente. Por fim, disciplinam a eficácia do IRDR, a improbidade administrativa, bem como outros temas relevantes, como fornecimento de energia em áreas rurais, isenções em concursos, precedentes do STF e revisão judicial de políticas regulatórias.

b) Direito Privado

Os enunciados do **Direito Privado** tratam de tutela, curatela, relações de consumo, família, infância e juventude, prescrição e processo, com foco na proteção de vulneráveis e na efetividade de direitos fundamentais. Disciplinam responsabilidades de instituições financeiras, validade de notificações eletrônicas, limites de contratos abusivos e aspectos do Direito de Família, como divórcio, guarda compartilhada e ações de alimentos. Também abordam acolhimento institucional, atuação da Defensoria Pública e início da prescrição em contas PASEP, buscando equilíbrio nas relações privadas.

c) Direito Penal

Os enunciados de **Direito Penal** abordam competência, prova, medidas cautelares, proteção de vulneráveis, dosimetria da pena e execução penal. Disciplinam limites da jurisdição federal em crimes ambientais, a função restrita da audiência de custódia, o papel ampliado do juiz das garantias e a possibilidade de ANPP em ação penal privada. Destacam a indispensabilidade da perícia para comprovação da materialidade em crimes de incêndio e ambientais e afastam a confissão como prova exclusiva em casos de ANPP rescindido. Regulam a prisão domiciliar de mães de menores, autorizam cautelares diversas das postuladas e vedam tratamento mais gravoso a adolescentes em julgamentos não unânimes. Também asseguram proteção reforçada a crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, disciplinam a dosimetria da pena e tratam da execução penal, incluindo fundamentação de exame criminológico, efeitos de faltas graves, critérios de indulto, mandados de prisão, transferências de presos e garantias processuais em procedimentos disciplinares.

d) Processo Civil

Os enunciados de **Direito Processual Civil** tratam da aplicação prática do CPC em matérias recursais, executivas e de conduta processual. Abordam cabimento de recursos, limites ao efeito suspensivo da apelação, aplicação da teoria da causa madura e medidas contra litigância abusiva, definindo responsabilidades de partes e advogados. Regulam custas e honorários, execução (como prescrição intercorrente e exceção de pré-executividade) e consolidam garantias processuais, incluindo respeito ao contraditório e possibilidade de quesitos técnicos em perícias. Por fim, disciplinam recursos em geral, abrangendo dialeticidade, unicidade recursal, efeito translativo e atuação do relator, visando eficiência processual e equilíbrio entre as partes.

e) Institucional

Os enunciados do **Eixo Institucional** consolidam diretrizes para uniformização da jurisprudência, gestão de precedentes e fortalecimento da segurança jurídica. Disciplinam regras para divulgação, aplicação, distinção e superação de precedentes, juízo de admissibilidade de recursos excepcionais e limites da atuação dos tribunais de origem, além de parâmetros para audiências públicas em temas repetitivos e cooperação judiciária na centralização de demandas. Abordam ainda litigância de má-fé, inclusive no uso de inteligência artificial, ampliação do acesso à justiça digital e legitimidade da fundamentação per relationem, reforçando a racionalização processual, a transparência decisória e a efetividade do sistema de precedentes.

1º CONGRESSO STJ DA SEGUNDA INSTÂNCIA FEDERAL E ESTADUAL

PROGRAMAÇÃO

8 de setembro de 2025 (segunda-feira)

09h00 – 09h30 | Abertura

Local: Auditório Externo

Composição da mesa:

- **Ministro Herman Benjamin** – Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal
- **Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto** – Presidente do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil
- **Juíza de Direito Vanessa Ribeiro Mateus** – Coordenadora da Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- **Juiz Federal Caio Castagine Marinho** – Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

09h00 – 19h00 | Votação de Enunciados Institucionais

Local: Auditório Externo

Formato: Sessões técnicas e deliberativas, com votação das propostas de enunciados institucionais.

SESSÃO 1

09h30 – 13h00 | Segundo Grau e Sistema de Precedentes

A sessão trata da atuação do Segundo Grau de jurisdição no sistema de precedentes, destacando a necessidade de divulgação ampla e transparente das teses fixadas, a racionalização do julgamento de demandas repetitivas e a

cooperação judiciária para garantir uniformidade e segurança jurídica. Discute ainda os limites da atuação das turmas de uniformização, a modulação de efeitos na superação ou distinção de precedentes e a obrigatoriedade do juízo colegiado no retratamento, reforçando o papel central dos Tribunais na consolidação da jurisprudência vinculante.

Presidente:

- **Ministro Mauro Campbell Marques** – Corregedor Nacional de Justiça

Coordenadores:

- **Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende** – Presidente do TJBA
- **Desembargador Fernando Antônio Torres Garcia** – Presidente do TJSP
- **Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho** – Presidente do TRF2

Enunciados: 23, 24, 29, 32, 45, 48, 49, 51, 69, 87, 96, 178, 286, 287, 295, 297, 298, 411 (18 enunciados)

13h00 – 14h30 | Almoço

SESSÃO 2

14h30 – 17h20 | Admissibilidade de Recursos aos Tribunais Superiores

A sessão aborda a admissibilidade de recursos excepcionais aos tribunais superiores, examinando os requisitos formais, limites recursais e hipóteses de preclusão ou erro grosseiro. Destaca o papel das presidências e vice-presidências dos tribunais de origem no controle de tempestividade, adequação e sobrestamento de recursos, bem como na observância de precedentes vinculantes. Discute ainda a vedação ao uso indevido de mandado de segurança como sucedâneo recursal, os efeitos do voto vencido no STJ, e a necessidade de assegurar racionalidade, segurança jurídica e respeito à competência exclusiva das Cortes Superiores.

Presidente:

- **Ministro Luis Felipe Salomão** – Vice-Presidente do STJ e Corregedor-Geral da Justiça Federal

Coordenadores:

- **Desembargadora Iolanda Santos Guimarães** – Presidente do TJSE
- **Desembargador Ricardo Couto de Castro** – Presidente do TJRJ
- **Desembargador Federal Luís Carlos Hiroki Muta** – Presidente do TRF3

Enunciados: 20, 31, 33, 34, 47, 105, 293, 339, 342, 417, 425, 427, 430, 442, 443, 445
(16 enunciados)

SESSÃO 3

17h20 – 19h00 | Embargos de Declaração, segurança jurídica, litigância de má-fé e acesso à justiça

A sessão trata dos embargos de declaração, da segurança jurídica, da litigância de má-fé e do acesso à justiça, abordando seus limites, requisitos e efeitos no processo. Discute a correta indicação de vícios, a competência para julgamento, as hipóteses de sanção por uso abusivo e a ampliação do quórum em caso de divergência superveniente. Enfatiza ainda a necessidade de coibir práticas desleais, inclusive com uso indevido de IA, a legitimidade da fundamentação *per relationem* e a garantia de acessibilidade digital para ampliar o acesso dos cidadãos à justiça.

Presidente:

- **Ministro Gurgel de Faria** – STJ

Coordenadores:

- **Desembargadora Lídia Maejima** – Presidente do TJPR
- **Desembargador Alberto Delgado Neto** – Presidente do TJRS
- **Desembargador Federal Vallisney Oliveira** – Presidente do TRF6

Enunciados: 18, 93, 94, 268, 456, 165, 185, 279, 364 (9 enunciados)

1º CONGRESSO STJ DA SEGUNDA INSTÂNCIA FEDERAL E ESTADUAL

PROGRAMAÇÃO

9 de setembro de 2025 (terça-feira)

09h00 – 17h40 | Processo Civil

Presidente: **Ministro Sérgio Kukina – STJ**

Local: Auditório Externo

Formato: Apresentação do tema, com deliberação e votação das propostas de enunciados relacionadas.

SESSÃO 1

09h00 – 10h40 | Processo Civil em Geral

A sessão trata de questões gerais do processo civil, discutindo admissibilidade de incidentes, contraditório, ônus da prova e limites da impugnação. Aborda a obrigatoriedade da audiência de conciliação nos Juizados Especiais, a justa causa em caso de erro do sistema eletrônico e a nulidade por indeferimento injustificado de provas. Destaca ainda regras sobre intimações, prazos e a participação técnica em estudos psicossociais, visando a garantia do devido processo legal e da ampla defesa.

Coordenadores:

- **Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior** – Presidente do TJMG
- **Desembargador Federal Firly Nascimento Filho** – TRF2

Enunciados: 159, 174, 307, 383, 386, 394, 426, 446, 465 (9 enunciados)

SESSÃO 2

10h40 – 12h00 | Recursos em Geral

A sessão trata de questões gerais sobre recursos cíveis, abordando admissibilidade, limites e técnicas recursais. Discute a aplicação do art. 942 do CPC em hipóteses específicas, o alcance do princípio da dialeticidade, a vedação à interposição sucessiva de recursos e o papel do relator no exame preliminar. Enfatiza também a atuação do Ministério Público, a produção de provas na fase recursal, o efeito translativo e os efeitos do juízo negativo de admissibilidade, reforçando a segurança jurídica e a racionalidade do sistema recursal.

Coordenadores:

- **Desembargador Federal Gilda Sigmaringa Seixas** – Presidente em exercício do TRF1
- **Leonardo Pache de Faria Cupello** – Presidente do TJRR

Enunciados: 21, 59, 60, 82, 109, 157, 158, 177 (8 enunciados)

SESSÃO 3

13h30 – 15h20 | Apelação, Agravo de Instrumento e Execução

A sessão aborda questões recursais e da execução no processo civil, tratando do cabimento do agravo de instrumento, dos limites e efeitos da apelação e da aplicação da teoria da causa madura. Discute a prescrição intercorrente na execução, seus requisitos, efeitos interruptivos e a vedação à retroatividade da nova redação legal. Inclui ainda o uso da exceção de pré-executividade em títulos extrajudiciais e a dispensa de intimação em hipóteses específicas, reforçando a celeridade, a efetividade e a segurança jurídica na tramitação processual.

Coordenadores:

- **Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes** – Presidente do TJAM
- **Desembargadora Federal Candice Lavocat Galvão Jobim** – TRF1

Enunciados: 27, 198, 224, 321, 455, 80, 280, 391, 433 (9 enunciados)

SESSÃO 4

15h20 – 16h40 | Comportamento Processual

A sessão discute a prevenção e repressão ao comportamento processual eventualmente abusivo, tratando da litigância predatória, da má-fé e de medidas judiciais para proteger a boa-fé e a integridade do sistema de justiça. Examina hipóteses de abuso, como demandas artificiais e alegações infundadas, mas também ressalta que o ajuizamento massivo, por si só, não caracteriza má-fé. Aborda ainda os limites da responsabilização do advogado, a proteção de partes vulneráveis e o uso do poder geral de cautela pelo magistrado para assegurar a efetividade da tutela jurisdicional.

Coordenadores:

- **Desembargador Jayme Henrique Ferreira** – Presidente do TJAP
- **Desembargadora Federal Marisa Ferreira dos Santos** – TRF3

Enunciados: 26, 61, 91, 308, 309, 378, 408 (7 enunciados)

SESSÃO 5

16h40 – 18h00 | Custas, Despesas Processuais e Honorários Advocatícios

A sessão trata das regras sobre custas, despesas processuais e honorários advocatícios, definindo hipóteses de cabimento, limites e consequências no processo civil. Discute a aplicação de multas, deserção de recursos por falta de preparo ou recolhimento, e a necessidade de intimação para sanar vícios formais. Também aborda a inaplicabilidade da majoração de honorários em decisões de inadmissibilidade de recursos excepcionais e a responsabilidade da parte vencida pelo custeio de garantias, a fim de atingir equilíbrio e segurança jurídica na fixação de encargos processuais.

Coordenadores:

- **Desembargador Ricardo Paes Barreto** – Presidente do TJPE
- **Desembargadora Federal Eliana Paggiarin Marinho** – TRF4

Enunciados: 168, 169, 225, 271, 306, 344, 421 (7 enunciados)

Presidente: **Ministro Afrânio Vilela – STJ**

Local: **Salão Nobre (Sujeito a alteração)**

Formato: **Apresentação do tema, com deliberação e votação das propostas de enunciados relacionadas.**

SESSÃO 6

09h00 – 10h40 | Improbidade Administrativa, Ilícitos Administrativos, Prescrição e Decadência

A sessão aborda a improbidade administrativa, ilícitos administrativos e os regimes de prescrição e decadência no Direito Público. Discute o dolo específico em hipóteses de acumulação ilícita de cargos, a responsabilização de não agentes públicos e o desvio de finalidade como elemento típico da improbidade. Examina ainda o prazo prescricional para ressarcimento ao erário, a prescrição aplicável ao FGTS em contratações nulas, o prazo decadencial do mandado de segurança e a imprescritibilidade da reparação de danos ambientais difusos, ressaltando a proteção de direitos fundamentais e a segurança jurídica na atuação estatal.

Coordenadores:

- **Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto** – Presidente do TJSC
- **Desembargador Federal Leonardo Augusto Nunes Coutinho** – TRF5

Enunciados: 2, 381, 424, 4, 191, 227, 460 (7 enunciados)

SESSÃO 7

10h40 – 12h00 | Tributário e Execução Fiscal

A sessão trata **das regras aplicáveis ao direito tributário e à execução fiscal**. Discute a legalidade estrita na definição da base de cálculo do ITCD, a restituição de valores pagos em parcelamento de crédito tributário anulado e os limites de atuação judicial na obtenção de documentos para liquidação de sentença. Aborda ainda a dispensa de certidão de protesto para ajuizamento de execução fiscal, o marco inicial para oposição de embargos à execução e a

aplicação do Tema 1.184 do STF quanto à extinção de execuções de baixo valor, sob a ótica da eficiência administrativa, da segurança jurídica e da vedação ao enriquecimento ilícito.

Coordenadores:

- **Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto** – Presidente do TJCE
- **Desembargadora Federal Daniele Maranhão** – TRF1

Enunciados: 155, 251, 419, 451, 453, 365 (6 enunciados)

12h00 – 13h30 | Almoço

SESSÃO 8

13h30 – 15h10 | Ações de saúde e Pessoas em situação de vulnerabilidade.

A sessão aborda as ações de saúde e a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. Discute os limites do custeio judicial de medicamentos e a responsabilidade do ente público em caso de resistência ao fornecimento, além da tutela prioritária da vida e da saúde. Também trata da proteção de vítimas de violência doméstica, da celeridade e efetividade em processos de adoção, destituição do poder familiar e apuração de atos infracionais, sempre considerando o melhor interesse da criança e do adolescente. Examina, ainda, medidas emergenciais para acolhimento em situações de risco, a responsabilidade estatal por violações no sistema prisional e a possibilidade de regularização fundiária em áreas ocupadas por população de baixa renda.

Coordenadores:

- **Desembargador Roberto Gonçalves de Moura** – Presidente do TJPA
- **Desembargadora Federal Leticia de Santis Mello** – TRF2

Enunciados: 103, 399, 101, 133, 136, 138, 214, 253, 353 (9 enunciados)

SESSÃO 9

15h10 – 16h40 | Direito Público em geral

A sessão trata de temas gerais de direito público, englobando garantias de acesso a serviços essenciais, como o fornecimento de energia elétrica em áreas habitadas, e benefícios em concursos públicos, como a isenção de taxa a doadores de medula óssea. Discute a segurança jurídica decorrente da aplicação de precedentes vinculantes e da superveniência de entendimentos do STF, além da deferência judicial em relação a escolhas regulatórias baseadas em planejamento, análise de impacto e participação social. Também aborda a possibilidade de acordos em matéria ambiental com apoio técnico interinstitucional e o funcionamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), delimitando os efeitos de suas teses jurídicas.

Coordenadores:

- **Desembargador Ibanez Monteiro da Silva** – Presidente do TJRN
- **Desembargador Federal Nilton Agnaldo Moraes dos Santos** – TRF3

Enunciados: 36, 153, 377, 407, 62, 161, 439 (7 enunciados)

Presidente: **Ministro Marco Buzzi** – Presidente da Seção de Direito Privado do STJ

Local: Sala de Videoconferências 1 (Sujeito a alteração)

Formato: Apresentação do tema, com deliberação e votação das propostas de enunciados relacionadas.

SESSÃO 10

09h00 – 10h00 | Direito do Consumidor

A sessão trata das relações de consumo, abordando a responsabilidade das instituições financeiras em casos de fraude via PIX, a validade da notificação extrajudicial por e-mail, e a configuração de dano moral pelo cancelamento abusivo de planos de saúde durante tratamento médico. Discute ainda a ilegitimidade do banco para responder por vício do produto quando apenas concede financiamento e a necessidade de manifestação expressa do consumidor na contratação por telefone, assegurando proteção efetiva e equilíbrio nas relações consumeristas.

Coordenadores:

- **Desembargador Raduan Miguel Filho** – Presidente do TJRO
- **Desembargadora Lusmary Fatima Turelly da Silva** – TJRS

Enunciados: 67, 255, 400, 404, 409 (5 enunciados)

SESSÃO 11

10h00 – 10h40 | Prescrição, Decadência e Processo Civil

A sessão trata de questões ligadas à prescrição, à decadência e a aspectos processuais civis, discutindo o marco inicial do prazo prescricional para restituição de valores do PASEP, a ausência de honorários sucumbenciais em usucapião não contestado e a validade da cédula de crédito bancário mesmo sem testemunhas, desde que atendidos os requisitos legais.

Coordenadores:

- **Desembargador Raduan Miguel Filho** – Presidente do TJRO
- **Desembargadora Lusmary Fatima Turelly da Silva** – TJRS

Enunciados: 226, 127, 458 (3 enunciados)

SESSÃO 12

10h40 – 12h00 | Direito de Família, Tutela e Curatela e Infância e Juventude

A sessão aborda questões de Direito de Família, tutela, curatela e Infância e Juventude, discutindo o divórcio como direito potestativo e incondicional, a guarda compartilhada e suas exceções em casos de violência doméstica, a possibilidade de quebra de sigilo fiscal e bancário em ações de alimentos, a flexibilização do procedimento de interdição, a competência em medidas de acolhimento institucional e o prazo em dobro para manifestações da Defensoria Pública nos Juizados da Infância e da Juventude.

Coordenadores:

- **Desembargador José Ribamar Froz Sobrinho** – Presidente do TJMA
- **Desembargadora Lilian Maciel Santos** – TJMG

Enunciados: 110, 115, 154, 56, 135, 259 (6 enunciados)

12h00 – 13h30 | Almoço

Presidente: **Ministro Antonio Saldanha Palheiro** – Presidente da Seção de Direito Penal do STJ

Local: Sala de Reuniões Corporativas (Sujeito a alteração)

Formato: Apresentação do tema, com deliberação e votação das propostas de enunciados relacionadas.

SESSÃO 13

09h00 – 10h10 | Competência, procedimentos e garantias processuais

A sessão trata das regras de competência, dos procedimentos e das garantias processuais no âmbito penal, discutindo a delimitação da competência em crimes ambientais, os limites da audiência de custódia, a atuação do juiz das garantias, a possibilidade de propositura de acordo de não persecução penal em ação privada, a necessidade de intimação pessoal do réu para novo patrocínio em caso de morte do advogado e o direito de assistência judiciária gratuita mediante simples declaração de hipossuficiência.

Coordenadores:

- **Desembargadora Maysa Vendramini Rosal** – Presidente do TJTO
- **Desembargadora Federal Cibele Benevides Guedes da Fonseca** – TRF5

Enunciados: 41, 188, 336, 358, 362, 369 (6 enunciados)

SESSÃO 14

10h10 – 12h00 | Direito Probatório, Cautelares e Proteção de Vítimas e Vulneráveis

A sessão aborda o direito probatório, as medidas cautelares e a proteção de vítimas e pessoas vulneráveis, tratando da exigência de perícia para comprovação da materialidade em crimes ambientais e de incêndio, da análise da confissão em ANPP rescindido, da possibilidade e dos limites da prisão domiciliar para mães

de crianças menores de 12 anos, da discricionariedade judicial na escolha da medida cautelar mais adequada, e da proteção reforçada a adolescentes, crianças e mulheres vítimas de violência, com regras específicas para depoimentos, julgamentos e medidas que evitem revitimização ou agravamento de sua situação.

Coordenadores:

- **Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho** – Presidente do TJPB
- **Desembargador Federal Loraci Flores de Lima** – TRF4

Enunciados: 86, 89, 333, 209, 314, 331, 68, 137, 242 (9 enunciados)

12h00 – 13h30 | Almoço

SESSÃO 15

13h30 – 15h30 | Dosimetria da Pena e Execução Penal

A sessão discute a dosimetria da pena e a execução penal, tratando da valoração da confissão parcial frente à reincidência, da inaplicabilidade de benefícios penais em casos de associação para o tráfico, e de proposta de alteração legislativa para aumento de pena de crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. No campo da execução, aborda a necessidade de fundamentação para exame criminológico, os efeitos da falta grave na perda de dias remidos e na progressão de regime, a consideração do crime impeditivo do indulto, além de questões procedimentais como a expedição de mandado de prisão, a competência territorial para cumprimento, as regras de transferência de presos e a dispensa de audiência em processos disciplinares sem regressão de regime.

Coordenadores:

- **Desembargador Aderson Antonio Brito Nogueira** – Presidente do TJPI
- **Desembargador Laudivon de Oliveira Nogueira** – Presidente do TJAC

Enunciados: 38, 111, 114, 123, 219, 221, 222, 327, 64, 113, 464 (11 enunciados)

Local: Auditório Externo

Formato: Síntese das deliberações e encerramento oficial do 1º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual.

- **Ministro Herman Benjamin** – Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal
- **Ministro Benedito Gonçalves** – Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM

SECRETÁRIOS DAS SESSÕES

Secretário-Geral da Presidência – Carl Olav Smith

Secretário Judicial da Presidência – Fernando da Fonseca Gajardoni

Secretário-Geral do CJF – Erivaldo Ribeiro dos Santos

Juíza Auxiliar da Presidência – Maria Paula Cassone Rossi

Juiz Auxiliar da Presidência – Elder Fernandes Luciano

Juiz Auxiliar da Presidência – Gustavo Pontes Mazzocchi

Juiz Auxiliar da Presidência – Joacy Dias Furtado

Organização:



Apoio:



AJUFE
ASSOCIAÇÃO DOS
JUIZES FEDERAIS
DO BRASIL



**Escaneie o
QRcode e acesse
a rede wi-fi
do evento:**



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS, Quadra 6, Lote 1
CEP 70.095-900, Brasília-DF
+55 61 3319.8000



SIGA NOSSAS REDES

@STJnoticias | stj.jus.br